

Participação infantil: a sua visibilidade a partir da análise de teses e dissertações em sociologia da infância

Andréa Carla Pereira Campos Cunha
Natália Fernandes

RESUMO

A participação infantil é um tema que tem vindo a assumir crescente destaque na academia, nomeadamente a partir do campo dos estudos da criança, no sentido de consolidar a sua importância na organização dos quotidianos infantis e também o seu reconhecimento, nomeadamente o reconhecimento da sua identidade, do seu lugar na vida política e social e das suas possibilidades de poderem expressar as suas opiniões (Graham&Fitzgerald, 2010).

O texto apresenta um mapeamento da produção académica sobre participação infantil baseado na análise das teses e dissertações defendidas na área da Sociologia da Infância, nomeadamente a partir do Mestrado em Sociologia da Infância e do Doutoramento em Estudos da Criança, na Universidade do Minho, que discutem as questões da participação das crianças, em diferentes contextos de vida. O mapeamento e análise dos trabalhos produzidos permitirá compreender com mais detalhe os modos como a participação infantil tem sido conceptualizada neste contexto estrito, a partir de níveis de análise diferenciados: por um lado, a análise dos temas a partir dos quais a participação é conceptualizada; por outro lado, os quadros teóricos e metodológicos mobilizados; e, finalmente, compreender o contributo destes trabalhos para a ampliação teórica, mas também da social, da participação das crianças.

Palavras-chave: crianças; infância; participação; produção teórica

ABSTRACT

Children's participation is a subject that has been assuming increasing visibility in academia, especially from the field of child studies, in order to consolidate its importance in the organization of children's everyday life and also its recognition, including the recognition of their identity, their place in political and social life and their chances of being able to express their opinions (Graham & Fitzgerald, 2010).

This text maps children's participation on academic data based on the analysis of PhP thesis and master dissertations in the field of sociology of childhood, particularly from the Masters in Sociology of Childhood and PhD in Child Studies, University of Minho, discussing issues of children's participation in different life contexts. The mapping and analysis of this material will allow us to understand in more detail the ways in which children's participation has been conceptualized in this context, from different levels of analysis: firstly, the analysis of themes from which participation is conceptualized; on the other hand, the theoretical and methodological frameworks that were mobilized, and finally we will try to understand the contribution of these studies to expand theoretically and socially, children's participation.

Keywords: children; childhood; participation; theoretical knowledge

INTRODUÇÃO

Nas últimas duas décadas as discussões acerca da participação infantil têm vindo a ganhar relevo. Apresentando a CDC como documento legitimador deste direito, tem sido sobretudo a partir da sociologia da infância que se tem vindo a consolidar a ideia de que a criança é um ator social, com direitos, impulsionando desta forma o seu reconhecimento como cidadão ativo, com lugar nas esferas social, política e científica. Este percurso abre renovadas possibilidades de considerar as crianças, bem como as relações e as práticas sociais desenvolvidas com elas, no sentido de contestar o entendimento das crianças como objetos passivos das políticas e das práticas adultas, cuja cidadania é vista como um potencial e um estatuto a ser alcançado no futuro.

Fernandes (2005:113) refere a esse propósito que:

“A Sociologia da Infância, ao considerar as crianças como actores sociais e sujeitos de direitos, assume a participação infantil como uma questão fulcral nas suas reflexões sendo considerada um aspecto fundamental para a resignificação de um estatuto social da infância, no qual a sua voz e acção são aspectos imprescindíveis (...) a participação infantil (...) tornou-se um assunto incontornável em muitos dos discursos científicos efectuados acerca da infância”.

A Convenção dos Direitos da Criança quando surge em 1989 e vem salvaguardar direitos de participação para as crianças, sustenta que elas são atores sociais e com competências políticas, remetendo no seu artigo 12º para a liberdade da criança em opinar sobre assuntos que a afetam, para que as suas considerações e opiniões sejam ouvidas, defendendo, nesse sentido, a participação das crianças na sociedade, o que contribui para o fortalecimento da cidadania da infância.

No extenso conjunto de artigos que compõem a CDC, o direito à participação pode encontrar-se a partir de dois enfoques: num primeiro conjunto de artigos encontramos referência direta a este direito, aparecendo o conceito ‘participação’ apenas três vezes: no artº 9, nº2, quando se faz referência ao direito da criança não ser separada dos seus pais, devendo ser incluída no processo de tomada de decisão; no artº 31, nº1 e nº2, quando se refere que a criança tem direito a participar plenamente na vida cultural e, finalmente, o artº2 relativo aos direitos da criança com deficiência reconhecendo-lhe o direito a uma vida plena em condições que garantam a sua dignidade, favoreçam a sua autonomia e facilitem a sua participação na sociedade. Num segundo conjunto de artigos é convocado o conceito, não o referindo explicitamente mas identificando pressupostos e mecanismos básicos para a sua concretização. É o caso dos artigos artº 12, 13, 14, 15,17 – os quais englobam como já dissemos princípios e mecanismos indispensáveis ao exercício da participação, como é o direito à opinião, expressão, pensamento, associação, reunião, informação.

Alguns autores ajudam-nos a perceber a importância que este documento tem vindo a assumir, nomeadamente Bae (2009) e Tonucci (2010), quando enfatizam a importância de conhecermos a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, pelo facto desta representar um meio fecundo de aprofundar a nossa compreensão sobre o direito das crianças participarem. Defendem, ainda, que sem o conhecimento dos princípios em que se baseia a participação infantil, corremos o risco de simplificar e destituir de significado este conceito.

Neale (2004) reforça esta ideia e defende que devemos assumir o direito da criança à participação com o devido reconhecimento e respeito sob pena de ele se poder tornar num exercício vazio: na melhor das hipóteses num gesto simbólico, ou, então ainda, na pior das hipóteses, numa manipulação ou exercício de exploração. Assim, participação ‘real’, implica que se questionem práticas e atitudes adultas, de forma a incluir as crianças de forma significativa, em processos de escuta ativa e do seu envolvimento efetivo nos processos de tomada de decisão nos assuntos que são significativos para elas.

A participação real e efetiva implica que sejam salvaguardadas conjuntamente, pelo menos, três grandes condições: o reconhecimento do direito a participar; dispor das capacidades necessárias para exercê-lo; e que existam os meios ou os espaços adequados para torná-lo possível. No caso das crianças a salvaguarda destas três dimensões assume-se como uma tarefa complexa, uma vez que elas estão dependentes de terceiros – os adultos – e das representações que estes possuem acerca da importância do direito das crianças participarem e, ainda, das condições que proporcionam para que tal aconteça.

No entanto, não podemos esquecer que a participação é um direito e é, portanto, uma ação democrática que deve ser exercida nos diversos contextos das sociedades democráticas. Deve ser sempre ponderada e considerada na complexidade das questões de poder que influenciam as relações sociais, e no caso em análise, também as relações intergeracionais, reforçando Moss que:

Participação democrática é um meio através do qual crianças e adultos podem participar com outros na tomada de decisão [...] e ainda, um meio para se opor ao poder e ao controle, bem como a formas de opressão e de injustiça que, necessariamente, derivam de um exercício limitado de poder. (Moss, 2008a, p.11).

Para tanto, a partir desse entendimento, é necessário compreender a participação como um fenómeno processual sendo criado pelos participantes, como algo vivido, sublinhando a ideia de que a participação não é dada, mas, ao contrário, é um processo que envolve interação, expressão de ideias, pensamentos, opiniões, escolhas, negociações, sendo, enfim, praticada na relação social.

Para reforçar e corroborar com essa ideia, Tomás (2007:47) afirma que:

“Participar significa influir directamente nas decisões e no processo em que a negociação entre adultos e crianças é fundamental, um processo que possa integrar tanto as divergências como as convergências relativamente aos objectivos pretendidos e que resultam num processo híbrido”.

Nesse sentido, a partir do interesse da criança, a consideração da sua participação implica que a sua voz seja integrada nos processos de tomada de decisão nos assuntos que lhe dizem respeito, de forma a ultrapassar a ideia apresentada por Qvortrup (1995:9) de que “ (...) os adultos afirmam que as crianças devem ser ouvidas, mas na maioria das vezes são tomadas decisões, que vão ter consequências nas suas vidas, sem que as mesmas sejam levadas em conta”.

Dai a importância de não somente dar voz à criança, mas criarmos condições para a participação, compreendendo que ela é um ator social peculiar, ou seja, utilizando como

recurso a imaginação e a aproximação com as culturas infantis (Corsaro, 2002) e criando canais de diálogo com o poder instituído. A participação permite identificar as suas próprias competências e direitos, contribuindo para a formação de sujeitos reflexivos, críticos e observadores que intervêm no seu meio e modos de vida. A participação da criança é, assim, um investimento em si próprio e um elemento essencial para a criação de contextos e práticas mais democráticos.

Ao contrário, ao se negligenciar a participação infantil corre-se o risco de perpetuar práticas e relações sociais onde os indivíduos não sabem como negociar as suas diferenças, como estabelecer um diálogo construtivo ou como assumir responsabilidades com as suas famílias, na comunidade e na sociedade em geral.

Neste processo de reconhecimento da participação como um direito inalienável para qualquer indivíduo, há no caso específico das crianças, aspetos que contribuem para a subsistência de uma baixa intensidade da participação infantil, nomeadamente (Soares, 2005):

- Os aspectos culturais resultantes de uma tradição de silêncio e de inexistência de participação social e política das crianças;
- A questão da menoridade da infância enquanto grupo social que se confronta com mecanismos de exclusão, neste caso, relacionados com a participação nos assuntos que lhe dizem respeito, assuntos que continuam, em grande medida, a ser conduzidos pelos adultos ... no melhor interesse da criança.
- A questão do poder que leva a que esta participação esbarre, frequentemente, em práticas culturais, familiares, educativas e outras que privilegiam enfoques paternalistas e autoritários, em vez de processos de diálogo, de intervenção e acção social.

Na linha deste último aspecto, Wyness (2003) argumenta na sua discussão sobre *regulação e participação*, a propósito da investigação que desenvolve para tentar perceber de que forma se dá, ou não, a participação das crianças e jovens na escola, que as possibilidades e limites das crianças nos conselhos escolares, ou ainda nos fóruns de promoção da voz do aluno e dos interesses das crianças e dos jovens, têm uma complexa relação com a influência das estruturas sociais dominantes, que sobretudo a limitam e alimentam a imagem da passividade em vez da participação.

James (2009) corrobora esta ideia quando defende que a imagem de criança passiva continua a ser muito visível nos contextos educativos, referindo que a escola tolhe a criança, além de a privar de alguns dos seus direitos fundamentais, reforçando muito o discurso do “risco” e da “proteção”, que oferecem justificativa para práticas de controlo e disciplinamento das crianças, tornando deste modo muito difíceis as possibilidades de afirmação de uma outra imagem onde a criança pode desvelar as suas competências, os seus modos de ver, sentir e comunicar, de participar, afinal, de desvelar a sua própria vida.

Convocamos para a discussão, ainda, a ideia defendida por Dahlberg e Moss (2005), quando defendem que a participação tem de ser entendida como um espaço onde a ética se assuma como um princípio permanente nas relações que se vão estabelecendo. A organização de espaços onde seja possível a participação das crianças, ouvi-las, refletir com elas, interpretar os seus discursos, os sentidos que atribuem às práticas sociais, acarreta para os adultos envolvidos nestas dinâmicas, uma posição pouco confortável, entre o provisório e a desordem, aspetos que dificilmente são encarados como possíveis e naturalizados nas relações entre adultos e crianças. De acordo com Wyness (2003: 225)

continua a persistir a ideia da regulação, que “...parece ser uma característica imanente dos direitos das crianças. Isto quer dizer que as crianças são rotineiramente submetidas a uma gama formal e informal de controlos que as posicionam como dependentes e pessoas incompletas” (2003: 16). Esta é, aliás, uma ideia que tem vindo a ser apresentada desde o início desta nova forma de conceptualizar o espaço e as possibilidades de as crianças poderem participar na sociedade. Já em 1990 James & Prout defendiam que a participação das crianças lidava com a tensão e a ambiguidade não resolvidas nas relações entre o poder social e seu potencial emancipatório, indo de encontro à imagem tradicional das crianças como dependentes, onde se acentua fundamentalmente a passividade, vulnerabilidade, imaturidade e falta de competência.

As discussões acerca da participação têm vindo nos últimos tempos a argumentar acerca da necessidade de atribuir ao conceito de participação uma dimensão mais substantiva, quer no plano teórico, quer no plano vivido. Graham e Fitzgerald (2010) defendem a este propósito que falar de participação das crianças implica falar do seu reconhecimento neste processo, sendo que o reconhecimento implica atender à sua identidade, ao seu estatuto, ou seja, ao seu lugar na vida social e política e à sua voz. Estas três dimensões encerram dificuldades significativas no caso das crianças, uma vez que a sua falta de reconhecimento está estritamente ligada com a sua subordinação ao grupo dominante dos adultos, que grande parte das vezes sustentam essa relação hierárquica e impedem que a criança possa falar e agir *per si*. Os mesmos autores sustentam que para poderem ser ultrapassadas estas dificuldades é fundamental um processo de reconhecimento que valorize as crianças como indivíduos com espaço, tempo e voz na sociedade.

Este reconhecimento quando remetido para a investigação com/sobre/ acerca das crianças observa dificuldades similares. Komulainen (2007) argumenta a este propósito que ele não se resolverá substituindo o argumento essencialista de que as crianças são incompetentes, por outro argumento que defende que as crianças são competentes, uma vez que é perfeitamente possível que as crianças sejam, simultaneamente, vulneráveis e competentes tal como os adultos. Na opinião desta autora a tarefa, aparentemente simples, de ‘ouvir’ as crianças, deve mobilizar considerações éticas e epistemológicas mais complexas do que a mera ponderação de que a pesquisa é válida em si mesma somente porque é *centrada na criança*. A autora mobiliza-nos para pensarmos na necessidade de, enquanto pesquisadores, nos questionarmos acerca dos tempos, modos e formas de desenvolver pesquisa com crianças de forma a salvaguardar que efectivamente as mesmas são ouvidas e escutadas nos processos de pesquisas.

Esta exigência implica, na nossa opinião quer uma atitude de cautela e imaginação metodológica, quer ainda de constante reflexividade acerca dos tempos, modos e formas de fazer investigação com crianças. No ponto seguinte tentaremos ilustrar a partir do levantamento e análise de alguns trabalhos académicos ver de que forma estes aspectos nos permitem avançar um pouco mais na forma como a participação infantil é conceptualizada e se plasma nas práticas de pesquisa.

Itinerâncias da participação na pesquisa com crianças

No mapeamento dos modos de encarar e caraterizar a participação infantil mobilizámos, agora, o conhecimento científico que tem vindo a ser construído nos últimos

tempos acerca da participação das crianças e que deverá ser rentabilizado no sentido de, principalmente os adultos, (re)pensarem e (re)analisarem as suas concepções de crianças, bem como ainda as possibilidades de rentabilizarem as suas heterogéneas competências.

Apresentamos aqui um levantamento bibliográfico de trabalhos defendidos entre 2003 e 2011, no âmbito do mestrado em Sociologia da Infância e do Doutoramento em Estudos da Criança, na especialidade da Sociologia da Infância, no Instituto de Educação, da Universidade do Minho. Ao analisar estas produções académicas pretendemos evidenciar os modos como as discussões sobre a participação das crianças emergem nos diferentes contextos de pesquisa e de uma forma mais abrangente nos quotidianos das crianças que dão vida e voz a estas mesmas pesquisas, tendo um olhar especialmente atento às estratégias metodológicas para os captar.

Do levantamento efectuado apurámos inicialmente 41 dissertações de mestrado em Sociologia da Infância. Da análise feita às mesmas, tendo como mote orientador a questão da participação das crianças, foi possível encontrar somente 5, o que representa cerca de 12,2% das dissertações defendidas.

Segue o quadro ilustrador das mesmas:

Autor/Data	Tema
Azevedo (2011)	A praça de Jena: participação das crianças e celebração da vida numa escola Jenaplan
Pereira (2011)	A infância no Bairro do Lagarteiro: modos de ser criança em territórios de exclusão.
Graça (2009)	Contextos familiares e o lugar da infância: concepções e imagens
Mota (2009)	A participação das crianças nos processos de promoção e proteção – estudo de caso numa CPCJ
Nascimento (2009)	A cidade (re)criada pelo imaginário e cultura lúdica das crianças: um estudo em sociologia da infância

Das 5 dissertações anteriores, as duas primeiras, apesar de não terem como objetivo de pesquisa a caracterização da participação infantil, foram selecionadas por utilizarem metodologias participativas, no trabalho metodológico desenvolvido.

Os temas e os contextos da participação na investigação com crianças

O trabalho realizado por Pereira (2011) tem como objetivo, através de uma investigação participativa com crianças, conhecer como estas vivem e sentem os territórios que habitam e o que podem acrescentar ao debate sobre os seus modos de vida nestes lugares. As crianças envolvidas no projeto de investigação assumem protagonismo à medida que o processo da investigação se desenrola, tendo emergido a partir da sua participação subtemas, que se foram desdobrando e que, pela sua pertinência, conquistaram um lugar no processo de recolha da informação.

O trabalho de Graça (2009) pretende caracterizar as representações das crianças acerca do lugar que lhes é reservado, enquanto filhos(as) pequenos, no interior da família. Recorrendo a metodologias de orientação etnográfica e investigação participativa, como forma de aceder às práticas discursivas das crianças, a dissertação ilustra o protagonismo que crianças, entre os 4 e os 6 anos de idade, podem assumir na pesquisa, quando se

valorizam e respeitam como sujeitos ativos, como atores sociais. Nesta pesquisa as crianças, durante o percurso de investigação assumem o papel de investigadoras e é da sua responsabilidade, nomeadamente, a definição de um guião de entrevista aos pais, bem como a realização das mesmas.

O trabalho de Mota (2009) apresenta como objetivo norteador da pesquisa compreender de que forma as crianças com menos de doze anos são ouvidas e participam nos processos de promoção e proteção; tenta perceber se é uma estratégia habitual a comissão de proteção de crianças e jovens ouvir as crianças com menos de doze anos e compreender de que forma é que as opiniões das mesmas têm implicações na definição dos seus projetos de vida.

O trabalho de Azevedo (2011) pretende compreender de que modo se faz a participação das crianças em contexto educativo, através da análise de um modelo pedagógico e do modo como ele se contextualiza na vida quotidiana de uma escola – a escola Jenaplein –, dando-se destaque às condições e aos dispositivos estruturantes da aprendizagem e da ação das crianças.

O trabalho de Nascimento (2009) ilustra uma investigação sociológica sobre as (re)criações e apropriações lúdicas dos espaços e equipamentos urbanos pelas crianças, que pretende caracterizar a participação infantil em contexto urbano.

Como podemos ver os cinco trabalhos aqui apresentados são bastante heterogéneos no que diz respeito à forma como tentam perceber/mobilizar a participação das crianças na investigação. Na análise estrita dos contextos de ocorrência dos trabalhos de pesquisa salienta-se a diversidade, uma vez que podemos encontrar desde contextos urbanos, a contextos escolares, ou ainda contextos de proteção. Perpassando esta diversidade de contextos, o mote que é comum aos cinco trabalhos é a preocupação com a forma como as crianças (não) vivem a participação ou como são mobilizadas para tal no desenvolvimento de processos de pesquisa. Ora apontando potencialidades e possibilidades, ora apontando constrangimentos e limitações o que é comum a todos os trabalhos é a tradução do reconhecimento do estatuto das crianças enquanto participantes.

No mapeamento feito, apresentamos agora os resultados obtidos a partir da análise do Doutoramento em Estudos da Criança, especialidade em Sociologia da Infância, no qual foi possível identificar 12 teses no total, das quais 4 (33,3%) tratam da participação infantil, revelando uma percentagem mais significativa do que a assumida no caso das dissertações de mestrado. Segue a tabela ilustrativa dos mesmos.

Autor/Data	Tema
Soares (2005)	Infância e Direitos: Participação das Crianças nos Contextos de Vida – representações, Práticas e Poderes
Tomás (2007)	Há muitos mundos no mundo... Direitos das Crianças, Cosmopolitismo Infantil e Movimentos Sociais de Crianças – diálogos entre crianças de Portugal e Brasil
Santana (2008)	Cotidiano, Expressões Culturais e Trajetórias de Vida: Uma investigação participativa com crianças em situação de rua
Agostinho (2010)	Formas de participação das crianças na Educação Infantil

O trabalho de Soares (2005) preocupa-se em perceber a natureza das vivências que estão presentes na realização dos direitos da criança, nomeadamente no que se refere aos

direitos à família, à proteção e à participação. Neste processo foi relevante saber quer o tipo de estratégias que as crianças usam quando se revêem como participantes ativos no exercício dos seus direitos, quer os constrangimentos que identificam quando consideram a ausência de participação ativa na vida social, ou os obstáculos à sua identificação como sujeitos de direitos.

O trabalho de Tomás (2007) tem como objetivo caracterizar os discursos das crianças sobre os seus direitos e as representações que têm sobre si, sobre as outras crianças, sobre os direitos da criança e sobre o mundo, através da utilização de uma investigação participativa.

O trabalho de Santana (2008) tem como objetivo investigar o quotidiano das crianças inseridas numa instituição pública destinada ao atendimento de crianças em situação de rua, caracterizar as suas produções culturais e as suas trajetórias de vida. Para tal a autora parte do pressuposto de que as crianças são atores sociais e que devem, por isso, ser inseridas no processo de produção do conhecimento sobre si mesmas, mobilizando para tal metodologias participativas.

O trabalho de Agostinho (2010) procura compreender as formas de participação das crianças em contexto de jardim-de-infância, com o objetivo de pensar práticas pedagógicas democráticas, justas e de inclusão social.

No que diz respeito aos contextos a partir dos quais se tenta compreender a participação infantil, tal como no caso das dissertações de mestrado, também nas teses de doutoramento analisadas, eles são heterogêneos: desde o contexto escolar, a contextos de acolhimento/protecção, passando ainda por contextos mais singulares, como é o caso dos movimentos sociais de crianças, três destes trabalhos (Soares, 2005; Tomás, 2007; Santana, 2008) mobilizam a investigação participativa para desenvolver o trabalho de pesquisa. Nesse sentido assumem que “a criança é activa na observação, na descrição, na explicação, na interpretação, na negociação das opções metodológicas, assumindo-se como um sujeito activo, cuja voz e ação social, aspetos que são relevantes e fundamentais para o processo de investigação participativa.” (Santana e Fernandes, 2011: 2).

Modos de teorizar e investigar a participação das crianças

Nesse contexto, a partir das leituras realizadas percebemos que os trabalhos se identificam por defender a participação das crianças como um marco no estatuto social da infância, resultante das transformações conceptuais, intenções e políticas da sociedade em relação à imagem de criança, e em grande medida dos esforços da Sociologia da Infância e pelos autores concordarem que:

“ A Sociologia da Infância propõe-se constituir a infância como objecto sociológico, resgatando-a das perspectivas biologistas, que a reduzem a um estado intermédio de maturação e desenvolvimento humano, e psicologizantes, que tendem a interceptar as crianças como indivíduos que se desenvolvem independentemente da construção social das suas condições de existência e das representações e imagens historicamente construídas sobre e para elas” (Sarmiento, 2004:39).

Nesta perspectiva, identificamos também uma análise da participação infantil no âmbito da proteção, sempre inserida nos quadros de análise da Sociologia da Infância e enquadrada no âmbito dos direitos das crianças reconhecidos na Convenção sobre os Direitos das Crianças (1989). Os contributos dados pelas autoras destas teses vão de encontro a um conjunto de outros autores (Wyness, Harrison, Buchanan, 2004; Lee, 1999), que têm vindo a defender a necessidade de ultrapassar a ideia da criança como “estagiária” e da sua exclusão com base na ideia de “irresponsabilidade”, que seriam atributos da noção da criança social e moralmente incompetente, o que leva, de acordo com Lee (1999) a colocar as crianças numa situação de “complexo de vulnerabilidade”, onde se acentua a exclusão da sua voz e o domínio da voz do adulto.

Os autores destas teses sublinham, pelo contrário, nos seus trabalhos, os avanços a este propósito e a valorização das crianças como seres sociais com direitos de participação assumindo como fundamental a mobilização das suas vozes nos fóruns que tratam dos assuntos que lhes dizem respeito, o que implica, em especial, verificar se e em que dimensões a sua participação é compreendida e valorizada, e também quais são os seus limites. Além disso, os textos são reveladores de uma atenção especial acerca das tensões e contradições que se colocam no desenvolvimento de pesquisas que mobilizem a participação das crianças. Enfrentam o já designado por Lee de ‘complexo de vulnerabilidade’, contribuindo para alargar a ideia do mesmo autor quando refere que:

“Com a perspectiva da criança incompetente no centro do complexo de vulnerabilidade, é surpreendente que tantos esforços se tenham vindo a fazer no sentido oposto – que as crianças são competentes para se representarem a si próprias (...) Os estudos sociais da infância quando assumem esta perspectiva de enfrentar o complexo de vulnerabilidade, procuram posicionar-se para além da ambiguidade das crianças e oferecer um entendimento inequívoco das crianças como competentes como substituto do entendimento inequívoco das crianças como incompetentes” (Lee, 1999: 469).

Apesar desta discussão, no entanto, os trabalhos deixam claro que a criança precisa de proteção e cuidados, mas isso não significa perder o seu direito à participação como sujeito social, concordando mais uma vez com Lee quando defende que “A ambiguidade pode silenciar as crianças tanto como o abuso. Mas tal como o abuso pode ser removida.” (ibidem).

Nos trabalhos analisados e no que diz respeito ao universo da abordagem metodológica, a perspectiva dominante é a investigação qualitativa, ressaltando que na investigação qualitativa em ciências sociais e humanas se trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, e que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenómenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

A partir deste enquadramento, dos trabalhos recolhidos um deles enquadra-se no paradigma interpretativo de investigação (Agostinho, 2010), utilizando o estudo de caso de orientação etnográfica como formato metodológico e os outros três trabalhos com a abordagem metodológica ancorada nos contributos da investigação participativa, situam-se num paradigma crítico. Os métodos e as técnicas utilizadas para a recolha de dados são,

predominantemente, a observação participante, a entrevista, a análise documental, métodos e técnicas visuais, o desenho, o vídeo e a fotografia, registros escritos da criança, em forma de notas em presença e diários ampliados, organização de grupos de interesse e pequenos grupos de discussão.

A consideração desta multiplicidade de instrumentos de recolha de dados é, na nossa opinião, reveladora de um cuidado fundamental para a conquista do reconhecimento das crianças como partícipes destes processos, concordando com Graham&Fitzgerald, (2010), que esta será uma forma para potenciar as possibilidades de tornar visíveis os significados produzidos entre adultos e crianças, significações culturais e sociais próprios da infância tecidos pelos contextos de vida das crianças.

Nesse sentido, se o campo da sociologia da infância nos tem ensinado que as crianças são atores sociais porque interagem com as pessoas, com as instituições, reagem frente aos adultos e desenvolvem estratégias de luta para participar no mundo social, mesmo assim, ainda necessitamos construir referenciais de análise que nos permitam conhecer estes atores sociais, que nos colocam inúmeros desafios, aspeto para o qual os trabalhos aqui apresentados nos alertam. Os trabalhos analisados, dada a heterogeneidade de infâncias que mobilizam nas suas análises, bem como os instrumentos a partir dos quais mobilizam as suas vozes e ações, convocam-nos para a necessidade de considerarmos nas reflexões acerca da infância, três aspetos enunciados por Fernandes&Tomás (2011), que nos ajudam a manter uma cautela epistemológica e metodológicas fundamentais, nomeadamente o facto de que:

- não podem ser planas nem lineares, porque os mundos da infância são complexos e plurais;
- não podem ser herméticas e estandardizadas, porque as características cognitivas, sociais, culturais e emocionais das crianças são diversas e heterogéneas;
- não podem ser, em síntese, assumidas como adquiridas, exigindo uma constante prudência metodológica de forma a adequar os processos de investigação às crianças, aos seus contextos e ao investigador.

Nesta esteira, a investigação que analisa a ação de participação das crianças, seja qual for o contexto em que esta está inserida, exige por parte do pesquisador a consideração de outras formas de fazer investigação sobre os mundos sociais e culturais das crianças, nas quais seja importante a construção de espaços de pesquisa mais genuínos, mais democráticos e mais éticos, o que em muitos casos é quase que uma contra-tendência face ao que Becker denominou por reação fetichista (1967), ou seja, a constância de que alguns investigadores e correntes científicas permanecerem ancorados a “velhas teorias” que já não são suficientes para explicar “novos fenómenos” (Soares *et. al*, 2006), nos quais incluímos, obviamente, este movimento de consolidação dos estudos da infância.

Nesse sentido tem vindo a ser persistentemente defendido por vários autores a indispensabilidade de privilegiar na investigação com crianças processos em aberto em detrimento de técnicas pré-definidas. A este propósito Gallagher &Gallagher(2008) defendem o conceito de *imaturidade metodológica*, ou seja, defendem que ao enfatizar

dependência, incompetência, incompletude e vulnerabilidade devemos considerar a investigação social como um processo necessariamente complexo, incompleto e em constante (re)construção; devemos ainda considerar uma subjetividade emergente que enfatiza os processos mais do que os produtos. Por isso não podemos reduzir estes processos a regras e técnicas previamente e estritamente estabelecidas, mas sim considerar sempre na pesquisa com crianças uma equilibrada prudência metodológica.

É neste contexto que se assume como indispensável o desenvolvimento de um olhar muito atento às dimensões éticas na investigação com crianças, as quais aparecem em todos os trabalhos, sempre com referência a Alderson (1995), Christensen e Prout (2002), entre outros, baseando-se no entendimento da criança como ator social e participante social, pontuando que o relacionamento ético entre pesquisador e informante é o mesmo, sejam adultos ou crianças.

É visível, em todos os trabalhos a salvaguarda de dimensões como o consentimento informado das crianças, sendo visível também o cuidado reflexivo que os autores demonstram, indo de encontro ao que defende Dingwall (1980), nomeadamente a mobilização de crianças e adultos para desconstruir a ideia de uma hierarquia de consentimentos, clássica, que remetia para o adulto a gestão destes processos; a consideração de que neste processo existe uma complexidade de escolhas e de constrangimentos situacionais, que não podem ser descurados e necessitam ser analisados nas suas singularidades, e considerar ainda que a assunção destas relações éticas se baseia, também, em códigos de conduta que envolvem certas expectativas mútuas, as quais é necessário respeitar, nomeadamente as das crianças envolvidas, sob pena de destituirmos de significado a relação de respeito que se deve estabelecer com as mesmas. É possível revisitar, por exemplo, nos trabalhos de Tomás (2007), Santana (2008), a forma como as investigadoras assumiram que estes protocolos, tal como os procedimentos, não tinham de considerados como fixos, tendo sido ativos e renegociados, em estreita convergência com as características das crianças, dos adultos e dos quotidianos.

Assim, a partir dos trabalhos apresentados, podemos refletir que o desafio que se coloca a essas pesquisas converge na medida em que cada uma delas, a seu modo, potencializa, ratifica, valoriza e valida a urgência de um olhar diferenciado para as crianças como sujeitos pensantes, atores sociais criativos e competentes, a importância de as envolver substantivamente na construção de conhecimento acerca de si mesmo e dos seus mundos, bem como a importância de reconhecer modos alternativos de pensamento e ação investigativa com elas.

Deixam-nos ainda a mensagem de que nas pesquisas com crianças, e principalmente nas pesquisas que tentam compreender ou mobilizar a sua participação é fundamental que os investigadores tenham sempre presente a complexa interação entre as possibilidades e os limites da participação das crianças e dos jovens numa sustentada atitude de respeito e reconhecimento das suas competências e limitações. Somente desta forma poderemos salvaguardar o desiderato de que, tal como defende Boaventura Sousa Santos (2007), *não há justiça social global sem justiça cognitiva global* – somente conseguiremos lutar pela justiça cognitiva global se envolvermos, também, as crianças nos processo de construção de conhecimento acerca de si mesmas, através da sua participação.

REFERÊNCIAS

- Alderson, P. (1995). *Listening to children: children, ethics and social research*. Essex: Barnardos.
- Bae, B. (2009a). *Different perspectives on child participation in Early Childhood Education (ECE)*. Disponível em <http://www.medvirkning.no/artikler/Bae%20on%20child%20participation-March09.pdf>. Acesso em 20/03/12.
- Bae, B. (2009b). Children's right to participate - challenges in everyday interactions. In: *European Early Childhood Education Research Journal*, 17: 3, 391-406.
- Neale, BA ed. (2004). *Cidadania crianças pequenas: idéias em prática*. Joseph Rountree Foundation.
- Bogdan, R. e Biklen, S. K. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação*. Portugal: Porto Editora.
- Christensen, P.; Prout, A. (2002). Working with ethical symmetry in social research with children. *Childhood*, 9 (4): 477-497.
- Corsaro, W. (1997). *The Sociology of Childhood*. Califórnia. Pine Forge Press.
- Fernandes, N. (2005). *Infância e Direitos: a participação das crianças nos contextos de vida – representações, práticas e poderes*. Tese de Doutoramento, Braga, Universidade do Minho.
- Fernandes, N. (2006). “A investigação participativa no grupo social da infância”. *Currículo sem Fronteiras*, v.6, n.1, pp. 25-40.
- Fernandes, N. e Tomás, C. (2011). Abordagens etnográficas com crianças: dilemas metodológicos e éticos. Comunicação apresentada no *Seminário internacional Pesquisa e Infância: desafios que as crianças lançam à etnografia*, FPCE, Universidade do Porto, 4 de Novembro, 2011.
- Fernandes, N., Santana, J. (2011). Pesquisas participativas com crianças em situação de risco e vulnerabilidade: possibilidades e limites, Comunicação oral apresentada no *XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais de Ciências Sociais, Grupo de Trabalho - GT 38 Crianças e Infâncias Luso-Afro-Brasileiras: olhares transnacionais e diversidades em diálogo*, 07 a 10 de Agosto, Salvador da Baía. Disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/15479>.
- Ferreira, M.; Sarmiento, M. (2008). “Subjectividade e bem-estar das crianças: (in) visibilidades e voz.” *Revista Electrónica de Educação*, vol. 2, n. 2.
- Gallacher, L. and Gallagher, M. (2008). Methodological immaturity in childhood research? Thinking through ‘participatory methods’. *Childhood*, 15(4), pp. 499–516.
- Hart, R. (1993). *Children’s participation: from tokenism to citizenship*. Florence: UNICEF/International Child Development Centre.
- James, A.; Prout, A. (ed.) (1990). *Constructing and reconstructing childhood. Contemporary Issues in the sociological study of childhood*, London, The Falmer Press.
- Komulainen, S. (2007). The ambiguity of the child’s voice in social research, *Childhood*, Vol.14, nº1: 11-28.
- Lee, N. (1999). The challenge of childhood – distributions of childhood’s ambiguity in adult institutions. *Childhood*, 6 (4): 455-474.
- Moss, P. (2008). La democrazia in educazione. *Revista Bambini*. Azzano, San Paolo, Itália: Edizione Júnior, Marzo, .
- Najmanovich, D. (2012). De la poesía a la prosa: con la escritura construimos un nuevo mundo. In Atas do *Seminário epistemologia. Uma mirada post-positivista*. Disponível em : WWW.edupsi.com acesso em 2012.
- Santos, B. S. (2007). Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 78, 3-46.
- Sarmiento, M. J. e Pinto, M. (1997). As crianças e a infância: definindo conceitos delimitando o campo. In: Pinto, Manuel e Sarmiento Manuel Jacinto. *As crianças contextos e identidades*. Portugal. Centro de Estudos da Criança: Editora Bezerra, pp. 7- 30.

Sarmiento, M. J. (2000). Sociologia da Infância: correntes, problemáticas e controvérsias *Sociedade e Cultura 2, Cadernos do Noroeste, Série Sociologia*, vol. 13, p. 145-164.

Sarmiento, M. J. (2001). Infância e Exclusão Social. Em Pereira, B e Pinto, P. (coord.): *A Escola e a Criança em Risco: Intervir para Prevenir*, Edições ASA, Porto, pp. 75-92.

Sarmiento, M. J.; Soares, N. F.; e Tomás, C. A. (2005). Public Policies and Child Participation, In *Actas de Childhoods 2005 Children and Youth in Emerging and Transforming Societies*. Universidade de Oslo.

Tomás, C. (2007) Participação não tem idade; Participação das crianças e cidadania da infância. *Contextos&Educação*. Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho Portugal; pp. 45-57.

Qvortrup, J. (1995). Childhood in Europe, a new field of social research. In L. Chisom (Ed.), *Growing Up in Europe: Contemporary Horizons in Childhood and Youth Studies*. Berlin and New York: de Gruyter.

Wyness, M. (2003). Children's Space and Interests: Constructing an Agenda for Student Voice. *Children's Geographies*, 1, 2: pp. 223-239.

Wyness, M.; Harrison, L.; Buchanan, I. (2004). Childhood, Politics and Ambiguity: towards an agenda for children's political inclusion *Sociology*, pp.38:81.